

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:	Asif Ali Zardari
Chefe de governo:	Yousuf Raza Gilani
Penal de morte:	retencionista
População:	176,7 milhões
Expectativa de vida:	65,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	87 por mil
Taxa de alfabetização:	55,5 por cento

Salmaan Taseer, o corajoso governador do Punjab, e Shahbaz Bhatti, ministro para as Minorias (e único membro cristão entre os ministros de Estado), foram assassinados em janeiro e março, respetivamente, devido às suas críticas às leis de blasfémia. As forças de segurança continuaram a envolver-se em violações, incluindo em desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais, especialmente no Baluchistão e no noroeste do país. Em maio, as forças norte-americanas mataram o líder da Al Qaeda, Osama bin Laden, numa incursão ao seu esconderijo na cidade de Abbottabad, no noroeste paquistanês. As autoridades do governo dos EUA acusaram publicamente o Paquistão de apoiar os Talibã no Afeganistão. Os Talibã paquistaneses e outros grupos armados mataram civis em ataques intencionais e indiscriminados em todas as regiões do país. Karachi foi tomada por uma onda de assassinatos desencadeada por gangues rivais associados a diferentes grupos étnicos e políticos. Sentenças de morte continuaram a ser pronunciadas, mas não houve execuções. Um ano de sucessivas cheias causadas pelas monções aumentou o número de deslocados e os surtos de dengue por todo o país. A escassez crónica de energia provocou protestos violentos na maioria das grandes cidades e paralizou a atividade económica. As mulheres e meninas em áreas propensas a conflitos, no noroeste e no Baluchistão, enfrentaram sérias dificuldades de acesso à educação e a serviços de saúde.

Antecedentes

A situação de direitos humanos continuou precária, com agentes de segurança e dos serviços secretos a serem frequentemente cúmplices em violações. As autoridades, em geral, não quiseram, ou não conseguiram, proteger mulheres, minorias étnicas e religiosas, jornalistas e outros grupos vulneráveis contra abusos, nem levar os responsáveis à Justiça. As promessas feitas por autoridades federais e provinciais de aprimorar o Estado de direito na província do Baluchistão, arruinada pela violência, tiveram pouco efeito. As promessas incluíam maior supervisão sobre a polícia e o grupo paramilitar Corpo de Fronteiras, ampliação do recrutamento de pessoas da etnia balúchi para o funcionalismo público e maior participação da província no orçamento nacional.

Quase um milhão de pessoas continuaram deslocadas em consequência do persistente conflito entre as forças de segurança e os Talibã paquistaneses, enquanto

as comunidades que retornaram às regiões reconquistadas aos insurgentes queixaram-se da falta de segurança e de acesso a serviços básicos. Um sistema de justiça paralelo, baseado numa interpretação estreita da lei islâmica (*sharia*), estabeleceu-se no distrito de Malakand, apesar da retirada dos Talibã paquistaneses, criando receios de que as suas normas sociais severas venham a ser aplicadas. Em junho, o Presidente Zardari concedeu às forças de segurança do noroeste do país imunidade retrospectiva contra processos judiciais e amplos poderes de detenção e aplicação de penas arbitrárias. A 14 de agosto, o dia da independência do Paquistão, o presidente aprovou reformas históricas, estendendo o Decreto dos Partidos Políticos de 2002 às Áreas Tribais sob Administração Federal e introduzindo emendas na Regulamentação de Crimes de Fronteira – uma legislação da era colonial britânica que privava os residentes da região de muitos de seus direitos humanos e de garantias constitucionais. As reformas limitaram o poder do Estado de realizar detenções arbitrárias e de aplicar penas coletivas, concedeu às pessoas da região o direito de apelar judicialmente das decisões baseadas na referida regulamentação e permitiu aos partidos políticos operar nas áreas tribais.

A 9 de junho, o Paquistão ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil. Em setembro, o Paquistão retirou a maioria de suas reservas em relação ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e à Convenção contra a Tortura, mas manteve outras restrições problemáticas que impedem não muçulmanos de se tornarem primeiro-ministro ou presidente e negam às mulheres direitos de herança iguais.

Violações cometidas pelas forças de segurança

As forças de segurança e serviços secretos agiram, em grande medida, com impunidade e foram acusadas de violações que incluem desaparecimentos forçados, tortura e mortes de civis, de jornalistas, de ativistas e de supostos membros de grupos armados em ataques indiscriminados e execuções extrajudiciais.

Execuções extrajudiciais

Os relatos de execuções extrajudiciais foram mais frequentes na província do Baluchistão, bem como no noroeste do país e em Karachi, atormentada pela violência.

■ A 28 de abril, o ativista de direitos humanos Siddique Eido e o seu amigo Yousuf Nazar Baloch foram encontrados mortos na área de Pargari Sarbat, no Baluchistão. Segundo testemunhas, foram sequestrados, enquanto viajavam juntamente com polícias, por homens vestidos à paisana acompanhados por paramilitares do Corpo de Fronteiras, em 21 de dezembro de 2010. Os relatórios do hospital informaram que os seus corpos apresentavam ferimentos de bala e sinais de tortura.

■ A 8 de junho, uma equipe de televisão filmou a execução extrajudicial de Sarfaraz Shah, realizada pelo grupo paramilitar Rangers num parque de Karachi. Após a intervenção do Supremo Tribunal, o governo de Sindh exonerou os oficiais graduados da segurança pública e, a 12 de agosto, o Tribunal Antiterrorismo sentenciou um Ranger à morte pelo assassinato. Cinco outros Rangers e um civil foram sentenciados à prisão perpétua. Todos apelaram das sentenças ao Tribunal de Instancia Superior de Sindh.

■ A 17 de maio, forças policiais e do Corpo de Fronteiras mataram cinco estrangeiros, em Quetta, entre eles uma mulher grávida, que alegaram ser homens-bomba. Um inquérito concluiu que as vítimas não estavam armadas, e dois policiais foram suspensos. Um jornalista que tinha tirado fotos dos assassinatos teve de se esconder após receber ameaças de morte, e o médico que realizou as autópsias às vítimas foi atacado e, mais tarde, assassinado por um grupo de homens não identificados. Segundo relatos, outras testemunhas foram ameaçadas por agentes da segurança.

Desaparecimentos forçados

O Estado não levou à Justiça os responsáveis por desaparecimentos forçados; a maioria das vítimas continuou desaparecida. Em março, o governo instituiu uma nova Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados, mas levou seis meses a indicar o juiz reformado do Supremo Tribunal, Javed Iqbal, para presidi-la. Desde o início dos trabalhos da comissão anterior, em março de 2010, mais de 220 das várias centenas de casos individuais denunciados tinham sido rastreados. Ambas as comissões foram criticadas por não protegerem testemunhas e por conduzirem investigações de forma inadequada, especialmente nos casos em que as forças de segurança do Estado e os serviços de inteligência estiveram implicados.

■ A 13 de fevereiro, homens não identificados sequestraram Agha Zahir Shah, um advogado que representava familiares de supostas vítimas de desaparecimentos forçados, em Dera Murad Jamali, no Baluchistão, quando regressava a Quetta. A 2 de julho, foi libertado em péssimas condições de saúde.

■ Muzaffar Bhutto, um dos líderes do partido político Jeay Sindh Muttaheda Mahaz, foi sequestrado a 25 de fevereiro, em Hyderabad, província de Sindh, por homens vestidos à paisana acompanhados de policiais. O seu paradeiro continuou desconhecido.

■ Em maio, os irmãos Abdullah e Ibrahim El-Sharkawi (de origem egípcia) desapareceram. Duas semanas mais tarde, a sua família recebeu informações de que estavam presos, acusados de residência ilegal no país. Porém, um tribunal confirmou que eles eram cidadãos paquistaneses. Ibrahim foi libertado sob fiança, a 27 de junho, e Abdullah foi libertado a 29 de agosto. Ambos afirmaram que foram torturados e que sofreram maus-tratos em instalações de detenção secretas.

Abusos cometidos por grupos armados

Os Talibã paquistaneses instituíram os civis como alvo e realizaram ataques indiscriminados usando artefactos explosivos improvisados e homens-bomba. Muitos anciãos tribais foram vítimas de assassinatos seletivos. Os Talibã também tentaram assassinar uma série de políticos ligados ao Partido Nacional Awami. Segundo o governo, 246 escolas (59 de meninas e 187 de rapazes) foram destruídas e 763 foram danificadas (244 de meninas e 519 de rapazes), na província de Khyber Pakhtunkhwa, em consequência do conflito com os Talibã, privando milhares de crianças do acesso à educação. Ameaças de violência por parte dos Talibã paquistaneses impuseram severas restrições ao acesso a serviços de saúde, à educação e à participação na vida pública para mulheres e meninas.

■ A 9 de março, um homem-bomba atacou o funeral da mulher de um líder anti talibã, matando 37 pessoas, nos arredores de Peshawar. O Tehrik-e-Taleban Pakistan (TTP) reivindicou a autoria do ataque.

■ A 18 de julho, o TTP divulgou um vídeo mostrando militantes mascarados executando 16 polícias capturados, em resposta a uma filmagem anterior das forças paquistanesas executando insurgentes presos.

■ O TTP reivindicou a autoria de um atentado suicida à bomba, a 19 de agosto, que matou pelo menos 47 pessoas e feriu mais de 100 durante as orações de sexta-feira na mesquita da região tribal de Khyber.

■ Em setembro, insurgentes dos Talibã paquistaneses sequestraram 30 rapazes, com idades entre 12 e 18 anos, em Bajaur, na fronteira com o Afeganistão, e atacaram uma carrinha escolar na cidade de Peshawar, matando quatro crianças e o motorista.

Grupos nacionalistas no Baluchistão assassinaram membros de facções rivais, pessoas de etnia punjabi e membros das forças de segurança estatais. Além disso, reivindicaram responsabilidade pelos ataques às infraestruturas de gás e eletricidade, que causaram grave escassez de energia na província. Ataques sectários por parte do grupo armado Lashkar-e-Jhangvi e outros a muçulmanos xiitas resultaram em pelo menos 280 mortes e ferimentos.

■ A 4 de janeiro, cinco crianças ficaram feridas num ataque, com artefactos explosivos improvisados, contra um autocarro escolar que levava mais de 30 crianças, filhos de membros do Corpo de Fronteiras, no município de Turbat, no Baluchistão. Embora nenhum grupo tenha reivindicado responsabilidade, grupos da etnia baluchi foram acusados pelo ataque.

■ A 25 de abril, pelo menos 15 pessoas, incluindo cinco crianças, foram queimadas vivas, quando assaltantes não identificados atearam fogo a um autocarro que rumava para Quetta, na área de Pirak, distrito de Sibi.

■ O grupo Lashkar-e-Jhangvi reivindicou autoria do assassinato – quase configurou uma execução – de 26 peregrinos xiitas, no distrito de Mastung, e de três familiares das vítimas, quando estas viajavam de Quetta para recolher os corpos de seus parentes, a 20 de setembro. Um ataque semelhante a peregrinos xiitas, a 4 de outubro, custou outras 14 vidas.

Karachi vivenciou um surto de violência quando gangues rivais, alguns ligados a partidos políticos, entraram em conflito pela disputa de território, matando 2 mil pessoas. As forças de segurança detiveram centenas de suspeitos, mas o Supremo Tribunal criticou os partidos políticos por incitarem a violência e criticou as autoridades por falta de vontade em deter muitos perpetradores conhecidos.

Liberdade de expressão

Pelo menos nove jornalistas foram assassinados durante o ano. Profissionais da imprensa foram ameaçados pelas forças de segurança, pelos serviços secretos, por partidos políticos e por grupos armados, por produzirem reportagens sobre os mesmos. As autoridades paquistanesas não levaram os responsáveis à Justiça nem proporcionaram proteção adequada aos jornalistas.

■ A 13 de janeiro, o repórter da GeoNews, Wali Khan Babar, foi morto por assaltantes não identificados que dispararam contra ele de um carro em movimento, em Karachi, horas depois de ele fazer uma matéria sobre uma operação policial contra traficantes de drogas na cidade.

■ A 29 de maio, Saleem Shahzad, do *Asia Times Online*, desapareceu da frente de sua casa em Islamabad, minutos depois de sair para uma entrevista na televisão. O seu corpo foi encontrado na província de Punjab, dois dias depois. Ele tinha feito uma matéria sobre a infiltração da Al Qaeda na marinha paquistanesa. Em outubro de 2010, tinha informado os seus colegas, em caráter privado, que tinha recebido ameaças de morte da agência de inteligência Inter-Services, por reportagens semelhantes.

Discriminação – minorias religiosas

Grupos sectários continuaram a ameaçar as minorias ahmadi, cristã, hindu e xiita, bem como os praticantes sunitas moderados. Além disso, esses grupos incitaram à violência contra os que pediam reformas nas leis de blasfêmia vigentes no país. O Estado não impediu os ataques sectários contra minorias religiosas nem levou à Justiça os perpetradores da violência.

■ A 25 de janeiro, um homem-bomba que tinha como alvos fiéis xiitas matou pelo menos 13 pessoas em Lahore. O grupo Fidayeen-e-Islam reivindicou responsabilidade pelo ataque.

■ Em junho, a Federação dos Estudantes do Paquistão Khatm-e-Nubuwwat distribuiu panfletos na cidade de Faisalabad, província de Punjab, listando membros proeminentes da comunidade ahmadi e pedindo o seu assassinato como um ato de “jihad”.

■ A 24 de setembro, Faryal Bhatti, uma estudante cristã de 13 anos, de Abbottabad, foi expulsa da escola por soletrar de forma errada uma palavra urdu, o que resultou numa acusação de blasfêmia. A sua família foi forçada a esconder-se.

■ Todos os suspeitos do ataque de agosto de 2009 a uma colônia cristã, em Gorja, província de Punjab, foram libertados sob fiança, depois das testemunhas se terem negado a depor, temendo pela própria segurança.

O juiz que sentenciou o assassino de Salmaan Taseer à morte foi forçado a esconder-se devido às ameaças de morte, enquanto os assassinos de Shahbaz Bhatti ainda estavam para ser levados à Justiça. A parlamentar Sherry Rehman retirou da Assembleia Nacional um projeto de reforma da lei de blasfêmia, depois de receber ameaças de morte. Aasia Bibi, uma agricultora cristã sentenciada à morte por blasfêmia, em 2009, continuava detida enquanto tramitava seu recurso da sentença.

Violência contra mulheres e meninas

As mulheres enfrentaram discriminação na lei e na prática, bem como violência doméstica e pública. A Fundação Aurat documentou 8.539 casos de violência contra mulheres, incluindo 1.575 assassinatos, 827 violações, 610 incidentes de violência doméstica, 705 “crimes de honra” e 44 ataques com ácido. Em dezembro, o parlamento paquistanês, procurando enfrentar este problema, aprovou o Projeto de Lei de 2010 sobre Controlo de Ácido e Prevenção de Crimes por Ácido e também o

Projeto de Lei de 2008 de Prevenção de Práticas Anti Mulheres (Emenda ao Código Penal), destinado a fortalecer e proteger as mulheres e a ampliar as penas para os perpetradores de violência baseada no gênero. Esta foi a primeira vez que os ataques com ácido e práticas como, por exemplo, casamentos forçados foram criminalizados no Paquistão.

■ A 10 de setembro, quatro mulheres – todas professoras – foram atacadas com ácido por dois agressores mascarados, numa motocicleta, quando estas deixavam uma escola mista, em Quetta, capital da província do Baluchistão. Uma das mulheres escapou sem lesões e duas outras tiveram alta do hospital com pequenas queimaduras, mas a quarta sofreu queimaduras graves, necessitando de uma grande cirurgia reparadora. As autoridades federais e provinciais deram atenção ao caso, mas os agressores ainda não foram levados à Justiça.

■ A 15 de outubro, uma adolescente acusou 13 pessoas, inclusive três polícias, de raptá-la e de violá-la em cativeiro durante um ano, no distrito de Karak, na província de Khyber Pakhtunkhwa. A 9 de dezembro, o seu irmão foi morto a tiro quando deixava o tribunal distrital depois de uma audiência no processo criminal contra os acusados.

Pena de morte

Mais de 8 mil prisioneiros continuaram no corredor da morte. Segundo a Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, pelo menos 313 pessoas foram sentenciadas à pena capital, mais da metade delas por homicídio. Três pessoas foram sentenciadas à morte por blasfêmia. A última execução aconteceu em 2008.

Visitas/relatórios da AI

☞ Representantes da Amnistia Internacional visitaram o Paquistão em julho e em novembro-dezembro. Consultores da Amnistia Internacional mantiveram presença contínua no país.

📄 “The bitterest of agonies”: End enforced disappearances in Pakistan (ASA 33/010/2011)